

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

JORNAL DA fisenge

Ano V nº 44
dezembro - 2010



Foto: Henri Figueiredo/Sisejufe

Entrevista
Emir Sader
Sociólogo, cientista político e professor
Página 8



POVO BRASILEIRO ELEGE A PRIMEIRA MULHER PRESIDENTA DO PAÍS

“Nosso país precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política. Quero me empenhar, junto com todos os partidos, por uma reforma política que eleve os valores republicanos, avançando e fazendo avançar nossa jovem democracia”, afirmou Dilma Rousseff, durante o seu primeiro discurso após o anúncio de sua vitória. Dilma é, com louvor, a primeira mulher presidenta do Brasil: foram mais de 55 milhões de votos, mesmo com os duros ataques da mídia e da direita. Esse processo eleitoral também foi marcado pela aplicação da Lei Ficha Limpa, fruto da mobilização social pela não candidatura de políticos que tenham a “ficha suja”.
Páginas 4 e 5

Engenheiros do Espírito Santo conquistam reajuste salarial de 7%

Foi homologada no início de dezembro, a Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011m entre o Sindicatos dos Engenheiros do Espírito Santo (Senge-ES) e o Sindicato da Arquitetura e da Engenharia (Sinaenco). O reajuste salarial ficou definido em 7 % (sete por cento), retroativo ao mês de maio de 2010. Embora tenha sido deliberada pelos profissionais em assembleia, a convenção teve que passar pelo processo de aprovação por parte da empresa e homologação junto ao Ministério do Trabalho.

Página 3

Movimentos sociais comemoram regulamentação do Pronera

Após a pressão dos movimentos sociais, foi assinado pelo presidente Lula o decreto que regulamenta a educação no campo. O documento contempla jovens e adultos que vivem em assentamentos da reforma agrária atendidos pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Em 12 anos, o Pronera promoveu a escolarização e a formação profissional de mais de 400 mil jovens.

Página 7

EDITORIAL

COMEMORAR
& TRANSFORMAR

No dia 11 de dezembro, Dia do Engenheiro, o que se comemora é a arte de transformar. É data de lembrar e afirmar o crescente papel do profissional num mundo adaptado, de maneira irreversível, às inovações tecnológicas. E quando contextualizamos nestas avaliações o Brasil de hoje e o poder, que tanto pode ser revolucionário quanto opressor, desta tecnologia nas mãos de quem detém o *know-how*, vislumbramos com mais clareza a necessidade vital de intervir no debate político e de transformar, também, o cenário onde atuamos.

Talentos não faltam, profissionais de reconhecimento internacional e escolas de qualidade marcam a história da engenharia no Brasil. No entanto, o mercado brasileiro importa engenheiros estrangeiros, e órgãos públicos e empresas privadas desrespeitam o valor estabelecido para o salário mínimo profissional. Uma grande campanha sindical levando o debate da valorização profissional é fundamental. Mas esse é apenas um dos lados da questão. Por outro lado, o país implanta projetos de crescimento com desenvolvimento humano e desafia os engenheiros a protagonizarem este novo momento. Essa não é uma história do Brasil apenas. Trata-se de um quadro continental. As conquistas comemoradas em nosso país serão replicadas no Mercosul e em outros países da América do Sul.

Estamos nas fábricas, no campo, nas telecomunicações, em todas as indústrias e cadeias produtivas, nos rios, nos mares, nos alimentos, na vida cotidiana de cada cidadão. E o que nos move vai desde a qualidade de vida das cidades e da população urbana e rural até a soberania nacional. Nas grandes cidades, o brasileiro clama por respostas nas áreas de transporte, segurança e infraestrutura, entre tantas outras. Devemos estar prontos para aceitar esses desafios e dar as respostas de que o país precisa, conscientes de que a engenharia tem o papel transformador de fazer o país avançar em todos os níveis, do combate à fome à consolidação da indústria nacional.

A diretoria

Regimento do 9º Consenge é aprovado em Conselho Deliberativo

Durante a última reunião do Conselho Deliberativo da Fisenge – realizada entre os dias 22 e 23 de outubro, em Vila Velha, Espírito Santo – foi aprovado o regimento do 9º Congresso de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). O documento define regras para a realização dos encontros estaduais, estabelece critérios de delegados e o formato do congresso.

Os sindicatos também já indicaram nomes para as palestras que tratarão dos seguintes temas: *A questão de gênero; A cidade sustentável; Integração da América Latina e Energia, Recursos Minerais e Desenvolvimento*. O 9º Consenge será realizado entre os dias 7 e 10 de setembro de 2011, em Porto Velho, Rondônia.



Porto Velho - Rondônia - 7 a 10 de setembro de 2011

Senge-PB comemora cinquentenário durante
Semana de Engenharia

Para marcar os 50 anos de existência, o Senge-PR irá comemorar esta trajetória durante a Semana de Engenharia, em dezembro, fazendo menção ao dia do engenheiro. “O Senge-PB vivenciou embates e conquistas em prol da melhoria das condições salariais e de trabalho dos associados. Por isso, também é reconhecido pela categoria, tanto pela democratização, quanto pelo desenvolvimento socioeconômico da sociedade paraibana”, afirmou o presidente do Senge-PB, Armando Marinho. A entidade foi fundada em 6 de janeiro de 1960.

CUT quer aumento real e valorização do salário mínimo

Passadas as eleições, a então eleita presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, declarou que continuará com a política de valorização do salário mínimo. Esta é uma reivindicação histórica das centrais sindicais e reafirmada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual a Fisenge é filiada. O presidente da CUT, Artur Henrique, afirmou em seu blog que, em virtude da queda do PIB causada pela grave crise financeira internacional no ano passado, as centrais passaram a reivindicar que, pontualmente, uma nova negociação se desse em torno do aumento real de janeiro próximo.

Um dos principais méritos dessa política, segundo Artur Henrique, é garantir, a quem ganha o salário mínimo e para mais de 70% dos aposentados no Brasil, a participação direta no crescimento econômico do país. São mais de 43 milhões de pessoas que dependem direta ou indiretamente do mínimo, o que o torna um dos mais poderosos instrumentos para fortalecer o mercado interno.



FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA: Carlos Roberto Bittencourt - PR - **Presidente:** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade - MG - **Vice-Presidente:** Renato Andrade - BA - **Diretor Financeiro:** Clóvis Francisco Nascimento Filho - RJ - **Secretário-Geral:** Fernando Elias Vieira Jogaib - VR/RJ - **Diretor de Relações Sindicais:** José Ezequiel Ramos - RO - **Diretor Executivo:** Eduardo Medeiros Piazero - SC - **Diretor Executivo:** Raul Otávio da Silva Pereira - MG - **Diretor Executivo:** Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - **Diretor Executivo Coordenadora de Comunicação:** Tania Coelho; **Jornalista Responsável:** Camila Marins MTB: 47.474-SP; **Diagramação:** Stefano Figalo; **Tiragem:** 3.000 exemplares; **Impressão:** Reproarte; **Fisenge:** Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - **E-mail:** fisenge@fisenge.org.br **Site:** www.fisenge.org.br



Chesf assina acordo com categoria pelo cumprimento do SMP

Após diversas reuniões e negociações foi assinado o acordo entre o Senge-PE e as demais representações classistas com a Chesf. A principal questão se refere ao cumprimento do Salário Mínimo Profissional (SMP) – direito que a empresa foi obrigada a reconhecer depois das ações sistemáticas dos engenheiros e suas entidades. O documento estabelece que o pagamento do piso salarial seja efetuado em novembro e seja retroativo ao mês de admissão do engenheiro. Também ficou acertado que os futuros Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) e as promoções não afetarão as atuais conquistas.

De acordo com o reeleito presidente do Senge-PE, Fernando Freitas, as negociações foram conduzidas depois de exaustivas ações do sindicato, com boa receptividade da Chesf. “Infelizmente, com o advento da nova Eletrobrás, a Chesf foi reduzida a um mero escritório, sem autonomia alguma”, contou. Ao todo, 63 engenheiros vol-

taram a receber o Salário Mínimo Profissional.

Já em relação ao Plano de Carreira e Remuneração (PCR), os engenheiros tiveram sua função rebaixada à categoria de técnico de nível superior. “Para efeito de promoção, não há como não cometer injustiças, como por exemplo nos casos de secretárias recém-admitidas ganhando mais do que engenheiros, além de outras injustiças, principalmente em relação aos profissionais mais antigos que ficaram estagnados nas funções, sem previsão de melhora”, explicou Fernando Freitas. Esta questão envolve mais de 400 engenheiros.

O sindicato solicitou aos profissionais que fizessem rigoroso balanço das perdas e ganhos que o novo plano pode trazer, com o objetivo de subsidiar uma Ação Declaratória destinada a obrigar a empresa a informar em juízo quais direitos os funcionários estarão abdicando com a eventual assinatura do Termo de Adesão Individual.

Ministério do Trabalho homologa Convenção Coletiva Senge/Sinaenco 2010/2011

No início deste mês de dezembro, o Ministério do Trabalho homologou a Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 firmada entre o Sindicato dos Engenheiros do Espírito Santo (Senge-ES) e o Sindicato da Arquitetura e da Engenharia (Sinaenco). Esta convenção estipula as condições de trabalho que abrangem a categoria dos empregados das empresas de arquitetura e engenharia consultiva que atuam no estado.

Apesar de ter sido aprovada pelos trabalhadores em assembleia realizada no dia 17 de setembro, a convenção teve que passar pelo processo de aprovação por parte da empresa e homologação junto ao Ministério do Trabalho para que, finalmente, passasse a valer efetivamente.

O reajuste salarial ficou definido em 7 % (sete por cento),

retroativo ao mês de maio de 2010. O valor do auxílio-alimentação subiu para R\$ 15 por dia de trabalho, representando um reajuste de 7,14% também retroativo a maio.

Além destes reajustes também foi conquistada uma reivindicação dos trabalhadores, que é o abono de faltas ao engenheiro participante de cursos de aperfeiçoamento ou especialização nos horários de exames regulares, coincidentes com os de trabalho, desde que realizados em estabelecimento de ensino oficial ou autorizados legalmente.

“Os valores obtidos nesta negociação representam uma conquista da categoria, que não se dobrou às pressões das empresas e exigiu um índice de reajuste e benefícios maior do que o oferecido no início das negociações”, informou o presidente do Senge-ES, Sebastião da Silveira.

Sindicatos filiados



CAPA

2011: ÉPOCA DE DESAFI

Mais de 55 milhões de votos, e o Brasil elegeu a nova presidenta do país, Dilma Roussef. Embora muitos acreditassem e a própria conjuntura apontasse para um turno único, as eleições foram para o 2º turno. Período este, que representou uma disputa falaciosa e difamatória do candidato adversário, com contribuição dos principais veículos de comunicação do país. Isso porque foram escandalizados inúmeros factóides nas primeiras páginas dos jornais, envolvendo religião; questões pessoais da então candidata e até mesmo a distorção de sua luta política durante a ditadura militar.

“Esta foi uma das piores coberturas da história da imprensa brasileira, que evitou notadamente tratar dos grandes problemas nacionais”, explicou o jornalista Altamiro Borges. Quando questionado sobre os motivos desse comportamento, Altamiro é enfático: “Certamente, falta de agenda política da direita, já que perdeu seu álibi de ‘paladino da ética’, principalmente com os casos Yeda Crusius no Rio Grande do Sul e Joaquim Roriz em Brasília”.

As expectativas para esse mandato, segundo Altamiro, é a regulação da mídia. “O Governo tem que aprender e não pode permitir esse monopólio midiático. Discutir regulação não é censura. Os movimentos sociais têm três grandes desafios pela frente: não se iludir com a mídia hegemônica; lutar por políticas públicas de democratização da comunicação e fortalecer os seus próprios instrumentos de comunicação. Inclusive, o movimento sindical precisa parar de encarar essa questão como gasto. Comunicação é investimento em luta de ideias”, concluiu.

Dilma se une à onda de mulheres eleitas à presidência no mundo nos últimos cinco anos, entre elas Michelle Bachelet (ex-presidente do Chile), Cristina Kirchner (presidente da Argentina) e Angela Merkel (chanceler alemã).

Momento histórico

Outro marco histórico dessas eleições foi o pioneirismo da lei Ficha Limpa. Embora com resistência de determinados setores da sociedade, foi aprovada e aplicada no processo eleitoral de 2010. Mui-

tos candidatos foram impedidos de assumir seus cargos, e políticos tiveram seus mandatos cassados. De acordo com o *ranking* de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional, realizado entre 180 países, o Brasil ocupa a 69ª posição. Ainda é um número expressivo, que sinaliza a necessidade de uma reforma política no país. Um exemplo nessas eleições foi o impedimento da candidatura do ex-governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PSC).

O projeto Ficha Limpa é fruto da articulação de diferentes entidades em torno do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), do qual a Fisenge faz parte, que lutaram e representaram a manifestação popular pela moralização do sistema eleitoral. “Este é um sinal claro do protagonismo popular dentro da democracia representativa e é fundamental que a população tenha consciência de que vale a pena a mobilização”, disse o representante da Fisenge no MCCE e diretor financeiro da Federação, Renato Andrade.

O advogado e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), César Britto, declarou que o processo avançou no sentido de mostrar que eleição é coisa séria e não é politicagem: “O soberano – povo – tem o direito de ter representantes que não lhe roubem a esperança. E a reforma política é essencial para estabelecer a confiança do povo no instrumento do exercício de poder”.

A reforma política ainda é um terreno pantanoso a ser enfrentado, haja vista o principal dos empecilhos: o poder econômico com suas articulações políticas. “Na democracia direta, precisamos incentivar a realização de plebiscitos, referendos e consultas populares. Para melhorar a democracia representativa, precisamos, necessariamente, discutir financiamento público de campanha, fidelização partidária, proibição de coligações partidárias proporcionais e, talvez, até o próprio voto em lista fechada com flexibilização pelo eleitor”, citou Britto. A reforma política com regras claras significa o fortalecimento da democracia brasileira.

A maior parte dos casos de corrupção



Depois de dura campanha, ataques da mídia e da di

“Só pondo o povo na declarou Valter Pomar

O Jornal da Fisenge entrevistou o histo
eleitoral e fala sobre as expectativas n

Jornal da Fisenge: Qual a importância
primeira mulher presidente?

Valter Pomar: Historicamente, depend
concluir o mandato, seja em termos de
em termos da eleição do sucessor, que
ela mesma, em 2014. Se ela termina
guirmos sua reeleição, o balanço histo
tivo, no sentido de reforçar preconce
mente é fantástico que tenhamos
Presidência, em sequência a um pe
2018, consigamos inovar mais uma ve

Jornal da Fisenge: Quais as expectati
dato? Como avançar ainda mais na rel
da América Latina e que postura o B

Valter Pomar: Neste mandato vai pross
o neoliberalismo, que tem em Henriqu
cipal expressão. Aliás, é divertido vê-l
das adotadas pelo Governo para deter
lares, esquecendo de falar que basta

OS E ENFRENTAMENTOS



Foto: Agência Brasil

...reita, a vontade e a esperança do povo brasileiro permaneceram com a eleição de Dilma Rousseff

...rua para pressionar o Congresso”, ...ar

...oriador e doutor em História Econômica, Valter Pomar. Pomar avalia o processo
...o governo Dilma

...de o Brasil eleger a
...derá de como Dilma
...e popularidade, seja
...e eu espero que seja
...r mal ou não conse-
...órico pode ser nega-
...itos. Agora, política-
...s uma mulher na
...ão. Espero que, em
...ez.

...vas para esse man-
...lação com os países
...rasil deverá adotar?
...seguir a disputa com
...e Meirelles sua prin-
...o falando das medi-
...r a enxurrada de dó-
...ria baixar a taxa de

...juros para melhorar a situação. Além da disputa com o neo-
...liberalismo, vai se acentuar a disputa entre duas vias de de-
...senvolvimento para o país: a sem distribuição de renda, ri-
...queza e poder; e a com distribuição de tudo isto. Por fim,
...vai se agravar muito o cenário internacional, motivo pelo
...qual temos que acelerar o processo de integração, pois ele
...é nossa proteção contra o caos que vem de fora.

Jornal da Fisenge: Esta foi uma eleição histórica, haja vista
...a aprovação do projeto Ficha Limpa. No entanto, o país
...ainda enfrenta dificuldades em seu processo político. Como
...avançar rumo a uma verdadeira reforma política?

Valter Pomar: Só pondo o povo na rua para pressionar o Con-
...gresso. A maioria do Congresso não quer reforma política,
...pois se elegeu com estas regras do jogo. E enquanto hou-
...ver financiamento privado de campanhas eleitorais, haverá
...compra de votos, corrupção, nepotismo e predomínio de en-
...dinheirados nos parlamentos. Deste ponto de vista, o pro-
...jeto Ficha Limpa não resolve nada, pelo contrário. Vai me di-
...zer que este Congresso é 100% Ficha Limpa?

...advém de obras públicas e licitações, áreas
...intrinsecamente ligadas à engenharia,
...em que o poder econômico tem um forte
...peso. Nesse sentido, diversas entidades,
...entre elas a Fisenge, se uniram em torno
...do Movimento Anticorrupção na Engen-
...haria, na Arquitetura e na Agronomia.
...De acordo com Renato Andrade, é pre-
...ciso criar instrumentos fiscalizatórios.
...“Muitas vezes, a corrupção se dá pela au-
...sência de um projeto, ou pelo detalha-
...mento deste. Os órgãos públicos preci-
...sam exigir para cada licitação o projeto
...técnico com detalhes de orçamento e
...bom gerenciamento para evitar manipu-
...lação”, sublinhou Renato.

...Outros fatos comuns são a criação de
...cartéis entre as empresas e a manipula-
...ção de licitações. Em reunião realizada
...entre o Movimento Anticorrupção na En-
...genharia, na Arquitetura e na Agronomia
...e a Controladoria Geral da União (CGU),
...uma das formas de fiscalização sugeridas
...foi o estabelecimento de pactos seto-
...riais, nos quais o Movimento pretende
...envolver um grupo de empresas de seto-
...res específicos para criarem barreiras
...contra práticas de corrupção. Os acor-
...dos já são utilizados em diversos países
...do mundo, como o México, que introduziu
...pactos de integridade em 100 projetos
...que somam US\$ 37 bilhões. A Alemanha
...também adotou, por exemplo, na cons-
...trução do novo aeroporto de Berlim. Na
...Colômbia, estão em mais de 60 projetos
...públicos, na Índia foram aplicados em
...35 estatais.

...“Pactos de integridade podem ser um
...importante instrumento de transparên-
...cia, pois definem regras firmes por meio
...de acordos entre órgãos públicos que es-
...tão fazendo uma licitação e os partici-
...pantes interessados em obter o contrato”,
...sugeriu o presidente da Fisenge, Carlos
...Roberto Bittencourt. Nesses pactos, os
...envolvidos se comprometem a não ofe-
...recer nem receber suborno, aceitar a de-
...cisão, oferecer informação pública sobre
...a contratação e permitir o monitora-
...mento de um especialista independente.
...“Para tornar este mecanismo eficaz, é
...fundamental a fiscalização e participa-
...ção da sociedade”, indicou Bittencourt.

DESENVOLVIMENTO



“Crescimento econômico só se transforma em desenvolvimento se houver intervenção do Estado”, afirmou Clemente

Desafios para o desenvolvimento econômico e social. Este foi o tema da palestra realizada durante o Conselho Deliberativo da Fisenge, nos dias 22 e 23 de outubro, em Vila Velha, Espírito Santo. O primeiro palestrante foi o diretor técnico do Dieese e integrante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo, Clemente Ganz Lúcio, que falou sobre as oportunidades que o crescimento econômico pode proporcionar. A segunda foi ministrada pelo professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e pesquisador de desenvolvimento do Espírito Santo, Roberto Garcia Simões.

Clemente iniciou a explanação com uma breve reconstrução histórica do processo econômico brasileiro, desde os tempos da ditadura militar. “Estamos passando pelo mais longo período de liberdade democrática da sociedade brasileira, com um crescimento de 5 a 7%.

Crescimento econômico com desenvolvimento social é desafio para o país

Palestra em Vila Velha (ES) debateu conjuntura econômica e social, bem como os rumos do País

O que está em disputa é o tipo de transformação”, apontou. De acordo com Clemente, a década de 1990 indicou para a sociedade que o mercado livre era suficiente e a regulação do trabalho se dava no mercado. “Este é fruto de um pensamento atrasado que criticava a ingerência do Estado, o que impediria a continuidade do livre mercado. Além disso, pregavam que o mercado externo seria a única salvação, haja vista a possibilidade de o Brasil somar com a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), disse.

Os anos 1990 foram o símbolo de uma estratégia econômica: o maior movimento de privatização, no qual o Estado era considerado improdutivo, as carreiras públicas foram sistematicamente destruídas, bem como organizações clássicas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Crescimento econômico só se transforma em desenvolvimento se houver intervenção do Estado. Promover crescimento com qualidade parte do efeito distributivo que queremos, com aquecimento do mercado interno; aumento de empregos com carteira assinada; valorização do salário mínimo; ampliação do crédito. Tudo isso graças à mobilização da sociedade e movimentos sociais”,

destacou Clemente.

Outro fato histórico apontado foi a recente crise financeira mundial. O Brasil, por exemplo, aumentou o gasto público com redução de impostos, o que aumentou a produtividade e apostou em uma estratégia internacional de cooperação, de acordo com Clemente.

Transformações necessárias

Crescimento com desenvolvimento, apenas com investimento em educação, infraestrutura e em outras políticas sociais. “Não é possível oferecer uma educação de péssima qualidade para a população pobre. Este é um direito universal e toda a população tem o direito a uma educação pública de qualidade. Somente com educação, avançaremos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária”, avaliou.

Além da questão da educação, o professor Roberto Simões apontou a necessidade de uma reforma política no País. “É preciso discutir financiamento público de campanha, rever as coligações, e também encarmos outro grande desafio pela frente: a questão ambiental. A China tem comprado terras na África e vem querendo se instalar também no Brasil”, alertou Simões.

Mulheres conquistam espaço nas universidades e no mercado

“Minha mãe queria que eu fosse professora como ela”, contou a engenheira civil Maria Elisabeth Marinho do Nascimento, que representou o Senge-PE na reunião do coletivo de mulheres da Fisenge, realizada no dia 22 de outubro. Ela foi a primeira mulher de sua turma a cursar engenharia na Universidade da Paraíba e se formou em 1962. Quase 20 homens na turma e ela, que entrou no curso, porque gostava de matemática. Elisabeth disse que, durante a universidade, não sofreu preconceito, inclusive, participou de diretórios acadêmicos.

Desde que se mudou para Recife, ela é filiada ao Sindicato dos Engenheiros e seu número de sindicalização é

1.111 e também fez parte do grupo de mulheres do Confea. “Passamos por uma conjuntura muito difícil na época da ditadura, mas conseguimos botar a direção pelega para fora e tomamos a entidade”, lembrou. Chegando ao mercado de trabalho, Elisabeth encontrou a discriminação. “Muitas situações são veladas. Ouvi muitas piadas e para assumir cargos de chefia sempre faziam julgamento moral. Hoje, as mulheres são mais conscientes do seu papel na sociedade e da importância da luta. Por isso, devemos continuar firmes na discussão de gênero e lutar por políticas que atendam às nossas necessidades”, concluiu.

TRABALHADORES RURAIS

Educação no campo é regulamentada

Depois de muita luta e pressão dos movimentos sociais, foi assinado um decreto que regulamenta a educação no campo

Mais uma conquista dos movimentos sociais. Foi assinado, pelo presidente Lula, o decreto que institucionaliza a política de educação no campo. Uma das políticas previstas é a regulamentação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O documento contempla jovens e adultos de famílias que vivem em assentamentos da reforma agrária atendidos pelo Pronera; professores e educadores que atuam no Programa, famílias cadastradas e alunos de cursos de especialização. Na gestão, caberá ao Incra coordenar e gerenciar projetos, produzir manuais técnicos para as atividades e coordenar a comissão pedagógica nacional. “Este debate foi, inicialmente, concebido durante o I Encontro Nacional de Educadores para Reforma Agrária, em 1997, quando surgiu a articulação entre os movimentos e em 1998 surgiu

o Pronera”, explicou a integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e membro da Comissão Pedagógica pelos Movimentos Sociais no Pronera, Antonia Vanderlúcia de Oliveira.

Em 2003, foi iniciado o programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e, a partir deste período, foram implantados cursos como agronomia, técnicos em agropecuária, agroecologia, pedagogia, história, ciências sociais, magistério, direito, geografia, letras, especialização em educação no campo e técnico em saúde comunitária. De acordo com informações do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em 12 anos, o Pronera promoveu a escolarização e a formação profissional de mais de 400 mil jovens (301 mil entre 2003 e 2010). “O Pronera é uma bandeira fundamental na nossa luta pela educação no campo e, graças a esse programa, muitos jovens e adultos conseguiram ter acesso a uma universidade, além de conseguirmos viabi-

lizar a maior parte de nossos cursos”, declarou Vanderlúcia, que ainda contou que o MST foi o primeiro movimento que encaminhou a proposta de ensino superior para o Pronera.

O documento vai além da redução do analfabetismo de jovens e adultos e ao fomento da educação básica na modalidade jovens e adultos. Integrando qualificação social e profissional, estabelece a garantia de fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico para as escolas, promoção da inclusão digital com acesso a computadores e conexão à internet e às demais tecnologias digitais.

A escola deve cumprir preceitos básicos como o respeito à diversidade nos aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, raça e etnia. A população atendida compreende agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas.



O MST foi o primeiro movimento que encaminhou a proposta de ensino superior para o Pronera

ENTREVISTA EMIR SADER

“Iniciamos um processo de superar o problema maior da sociedade brasileira: a desigualdade social”

Entre os desafios para o próximo mandato o sociólogo, cientista político e professor, Emir Sader, destaca três pontos fundamentais: a quebra da hegemonia do capital financeiro; o acesso à terra e a democratização da comunicação. O país viveu um intenso processo eleitoral, com participação direta da mídia fazendo oposição à eleita Dilma Roussef, numa conjuntura de turbulência econômica com a guerra cambial mundial. Emir Sader analisa as eleições, aponta os caminhos da integração da América Latina e reforça a questão do controle social da mídia.

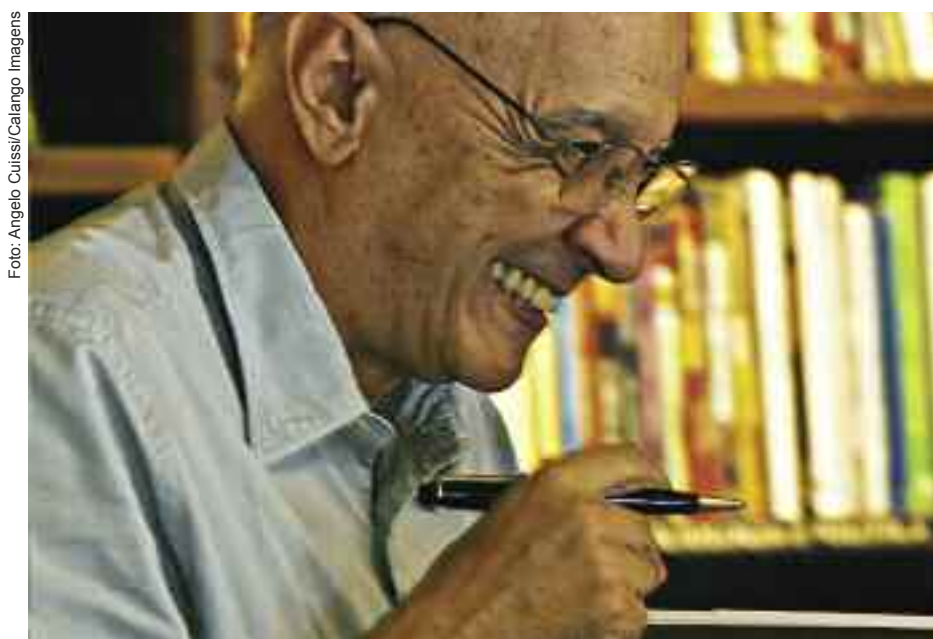


Foto: Angelo Cuissi/Calango Imagens

Jornal da Fisenge: Como você avalia as campanhas no segundo turno e a participação da mídia nesse processo?

Emir Sader: O segundo turno foi rigorosamente a continuação do primeiro, com a mídia desempenhando o papel que uma executiva da Folha de S. Paulo assumiu ser o deles: partido político da direita. Escolheram temas que consideravam que desgastariam a Dilma – de denúncias de supostas irregularidades a supostos vínculos com ações armadas, com descriminalização do aborto – e praticaram militância partidária diária. Porém, as tentativas de desviar da questão principal – a comparação entre os governos de FHC e Lula – voltou a ser central, o que definiu a derrota da oposição.

Jornal da Fisenge: Historicamente, qual a importância da eleição de uma mulher

presidenta do Brasil?

Emir Sader: É bem maior do que se imagina. Basta dizer que os preconceitos que vieram à tona – aborto, acusações de lesbianismo, homofobia, intolerância – têm, direta ou indiretamente, a ver com o fato de que a candidata era mulher.

Jornal da Fisenge: Quais os desafios para o próximo mandato?

Emir Sader: Entre tantos, destaco três: quebrar a hegemonia do capital financeiro que, beneficiando-se das taxas de juros reais mais altas do mundo, canaliza a grande maioria dos recursos para a especulação, desviando-os da produção, que é quem gera empregos e bens; intensificar o acesso à terra promovendo as pequenas e médias empresas, para contrabalançar o crescimento exponencial do agronegócio e democratizar a mídia.

Jornal da Fisenge: A eleição de Dilma dará continuidade à integração da América Latina. Qual a importância desta política na conjuntura internacional?

Emir Sader: A reeleição de Evo Morales, a eleição de Pepe Mujica em continuação de Tabaré Vasquez e a eleição de Dilma, em continuação de Lula, demonstram que os países que optaram pela integração regional no lugar dos Tratados de Livre Comércio, e pela prioridade das políticas sociais no lugar do ajuste fiscal, têm apoio popular consolidado.

Jornal da Fisenge: A continuidade da política de desenvolvimento social aplicada por Lula indica que transformações na sociedade?

Emir Sader: Os avanços no processo recém iniciado de superar o problema maior da sociedade brasileira: a desigualdade social.

“Os países que optaram pela integração regional no lugar dos Tratados de Livre Comércio, e pela prioridade das políticas sociais no lugar do ajuste fiscal, têm apoio popular consolidado.”